

INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO CIÊNCIA E TECNOLOGIA:
HISTÓRIA, PRINCÍPIOS E PRESSUPOSTOS DE UMA EDUCAÇÃO
PROFISSIONAL TECNOLÓGICA PARA A CLASSE TRABALHADORA¹

Luzia Mota

Georges Rocha

Silvia Elaine Lima

Matheus Santana

Marlene Socorro

A Educação profissional no Brasil é historicamente pautada por uma dualidade estrutural que corresponde no âmbito do ensino à divisão de classes do sistema capitalista que dispõe de uma lógica que destina às elites dirigentes uma formação intelectual e em outra via uma educação que “prepara” a massa de trabalhadores e trabalhadoras a partir das necessidades do mercado, voltada especificamente para o exercício profissional e para a reprodução da força de trabalho e a acumulação capitalista.

Os primeiros indícios do que hoje se pode caracterizar como as origens da educação profissional surgem a partir de 1809, com a criação do Colégio das Fábricas, pelo Príncipe Regente, seguida ao longo do século XIX pela criação de instituições voltadas para o ensino das primeiras letras e a iniciação em ofícios, cujos destinatários eram as crianças pobres, os órfãos e os abandonados. A educação profissional no Brasil tem, portanto, a sua origem dentro de uma perspectiva assistencialista. O início do século XX trouxe para a educação profissional do país a sua primeira política pública nacional com a criação das 19 Escolas de Aprendizes Artífices, origem centenária da Rede Federal onde situam-se hoje, os Institutos Federais. A partir de então, a história do desenvolvimento industrial e tecnológico brasileiro foi marcado pelo embate entre um projeto de desenvolvimento autônomo e outro associado e

¹ Tese baseada em textos de Ramos, M. (2014), Mota, L. (2013) Moura, D. (2007)

subordinado ao grande capital. Com o desequilíbrio deslocado sempre em favor do capital estrangeiro, como pode ser observado na organização do ensino técnico industrial, no pós-guerra que contou com a Comissão Brasileiro-Americana de Educação Industrial (CBAI), constituída com a colaboração de órgãos americanos como a USAID e a Aliança para o Progresso, com o objetivo de fornecer equipamentos, assistência financeira e orientação técnica às escolas técnicas brasileiras.

Nesse contexto, e já sob a égide do golpe civil-militar, o ponto de maior impacto na Educação Profissional foi a reforma de 1971. A Lei no 5.692, de 11 de agosto desse ano, colocou como compulsória a profissionalização em todo o ensino de 2o grau. Essas medidas foram significativas no plano político e econômico, já que concebiam um vínculo linear entre educação e produção capitalista, buscando adequar a primeira ao tipo de opção feita por um capitalismo associado ao grande capital.

A política desenvolvimentista aliada ao incentivo nacional e internacional, colaborou, mesmo que acidentalmente, com a consolidação da rede de Escolas Técnicas Federais que passou a ocupar um lugar estratégico na composição da força de trabalho industrial brasileira, tal inflexão acabou por valorizar a formação por elas desenvolvida, consolidando-as como as instituições mais adequadas para ofertar o 2o grau de caráter profissionalizante voltado para a formação de trabalhadores e trabalhadoras. Pode-se dizer que até o final da década de 80, as escolas técnicas federais desempenharam sua função de formar técnicos com reconhecida qualidade, merecendo o respeito das burocracias estatais e da sociedade civil, que até então não questionavam sua função social de formação do operariado qualificado do país.

Todavia, os anos 80 trouxeram o marco da redemocratização das relações institucionais com a queda da ditadura no plano interno, e mudanças no mundo do trabalho externamente, essa realidade impôs na sociedade e no interior das instituições o debate sobre uma Educação Profissional de novo tipo que incorporasse dimensões políticas comprometidas com a cidadania. Docentes e servidores técnico-administrativos das escolas federais reuniram-se em corporações nacionais (ANDEF-Associação Nacional de Docentes das Escolas Federais e SINASEF – Sindicato Nacional dos Servidores das Escolas

Federais) e levaram para seu interior a discussão da POLITECNIA, cerne dos embates sobre o ensino médio naquele momento.

No início da década de 90, quando o projeto de um governo democrático-popular foi derrotado nas urnas, a Secretaria de Educação Média e Tecnológica do Ministério da Educação (SEMTEC), hoje SETEC, preocupada em alinhar a formação de técnicos à reestruturação produtiva e, ao mesmo tempo, fortalecer essas instituições diante do novo cenário político do país, mobilizou-se politicamente no sentido de implementar um novo modelo pedagógico nas escolas técnicas e CEFETs e transformar todas as Escolas Técnicas Federais em Centros Federais de Educação Tecnológica (CEFETs): Foi o advento do Decreto 2.208 e da Reforma dos anos 90.

O Decreto 2.208/97 desmantelou o desenho pedagógico da Rede Federal, separando o ensino médio da educação profissional em nome de maior flexibilidade e menor custo na oferta desse tipo de educação. Foi a base da Reforma da Educação Profissional Tecnológica (EPT) na década de 90 e se constituiu em parte integrante do projeto de “reforma” do Estado em atendimento à visão neoliberal. Ainda assim, mesmo não sendo essa a motivação original do governo, a transformação das Escolas Técnicas Federais em CEFET's acabaram por dificultar as tentativas de *estadualização* (transferência para os sistemas estaduais), *senaiização* (transferência para SENAI) ou *privatização* (transferência para o mercado) e tendeu a unificar e fortalecer a Rede Federal.

Isso explica também a mobilização que existiu em torno da reformulação curricular no interior das instituições, mediante a implantação de um currículo comum da educação tecnológica. A discussão travada na comunidade escolar trouxe o conflito entre diferentes concepções de educação tecnológica. A defendida pelos trabalhadores e trabalhadoras centrava-se na formação humana, incluindo a construção sistematizada do conhecimento articulada com o mundo do trabalho em suas múltiplas dimensões; a outra, defendida pelo governo de plantão, possuía viés tecnicista e economicista na ótica do capital humano. O contexto econômico-político neoliberal no interior da Rede Federal na década de 90 foi permeado por esse conflito e hegemônico pela segunda visão.

A revogação do Decreto 2.208/97, substituído pela edição do Decreto 5.154/04, foi um compromisso assumido com a sociedade no projeto político-eleitoral do Partido dos Trabalhadores em 2002 e fruto da organização dos trabalhadores e estudantes da EPT da Rede Federal e do conjunto de pesquisadores da área. Entretanto, o Decreto 5.154/04 não foi normatizado como esperado. O processo de integração entre os currículos do ensino médio e técnico precisava de medidas que não foram levadas a termo pelo MEC. Esses passos foram dados sem a magnitude necessária para a consolidação dos objetivos propostos pelas forças sociais que defendiam o Decreto 5.154/04. O resultado refletiu-se na Rede Federal, que ainda vive incertezas sobre a natureza e a forma da integração curricular entre a educação básica e profissional.

Em 2007, junto com o PDE, foi lançado o Decreto 6.095, que convocou a Rede Federal a modificar o seu ambiente institucional: os CEFET, as Escolas Técnicas Federais (ETF), as Escolas Agrotécnicas (EAF) e também as Escolas Técnicas vinculadas às universidades, cederiam lugar aos Institutos Federais (IF). O decreto impunha a reorganização das instituições; disciplinava o processo de integração dessas instituições a fim de se tornarem IF e instituiu o modelo a ser seguido por cada um dos IF criados. Todos os elementos da política pública dos IF foram apresentados nesse Decreto, que pode ser considerado como o primeiro instrumento legal da formulação da política. Nele se encontra a perspectiva da atuação por local e região, a estrutura verticalizada de ensino; o multicampismo; o fortalecimento da pesquisa aplicada, etc. A questão da inclusão social não surge nesse decreto de modo apreciável, sendo esta uma particularidade que aparece na Lei de criação dos IF e no documento-base. O Decreto 6.095/07 abriu caminho para os debates sobre a reestruturação da Rede Federal.

Em 2008, houve outro avanço na direção dos IF. O governo reestruturou o Plano Geral de Cargos do Poder Executivo (PGPE) com a Lei nº 11.784, de 22 de setembro de 2008, e criou o plano de carreira e cargos do magistério do Ensino Básico, Técnico e Tecnológico (EBTT). Esta nova carreira substituiu a carreira anterior do Magistério de 1º e 2º Graus à qual pertenciam, majoritariamente, os docentes da Rede Federal. A consolidação dessa nova

carreira permitiu que os docentes pudessem atuar em todos os níveis e modalidades de educação ofertada pela Rede; inclusive, no ensino superior. Nesse nível de ensino, os docentes da carreira de 1º e 2º grau vinham atuando de modo precário pelo choque com a carreira do Magistério Superior, também existente na Rede e regulamentada pela Lei nº 7.596, de 10 de abril de 1987. Com a promulgação da Lei 11.784/08, os professores da carreira de EBTT tornaram-se habilitados a atuar em todos os níveis e modalidades da Educação, resguardados apenas os critérios legais a cada nível de ensino. A verticalização da educação na Rede Federal foi estruturada legalmente e com elementos claros de precarização.

Finalmente, em dezembro de 2008, foi promulgada a Lei 11.892 que criou a Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica e os Institutos Federais. A lei estabelece as finalidades, características, objetivos e a estrutura das novas instituições. Com isso, o marco legal foi concluído, com uma única e importante ressalva: o financiamento da Educação Profissional não foi regulamentado, o que gerou um conjunto de déficits administrativos, pedagógicos, estruturais e de pessoal que passou a ser chamado de precarização da Rede Federal.

O Decreto 5.154/04 restabeleceu a possibilidade da oferta da Educação Profissional integrada ao ensino médio em um formato que está sendo disputado pelas forças progressistas da EPT para à sociedade brasileira. O debate teórico e a disputa política travado pela comunidade educacional, nas décadas seguintes até o momento atual, especialmente dentre aqueles que investigam a relação entre Trabalho e Educação, afirma a necessária vinculação da educação à prática social e o trabalho como princípio educativo. Se o saber tem uma autonomia relativa face ao processo de trabalho do qual se origina, o papel da Educação Profissional Tecnológica (EPT) deve ser o de recuperar a relação entre conhecimento e a prática do trabalho. Isto significa explicitar como a ciência pode se converter em potência material na perspectiva de produção para além do modo capitalista. A EPT deve propiciar o domínio dos fundamentos das técnicas diversificadas utilizadas na produção, e não o mero adestramento em técnicas produtivas. Um projeto de educação que favoreça a classe trabalhadora deve, então,

propor que o ensino médio forme não técnicos especializados, mas sim politécnicos. Portanto, o ideário da politecnia busca romper com a dicotomia entre educação básica e técnica, resgatando o princípio da formação humana em sua totalidade; em termos epistemológicos e pedagógicos, esse ideário defende um ensino que integre ciência e cultura, humanismo e tecnologia, visando o desenvolvimento de todas as potencialidades humanas.

Para tanto essa tese e seus autores defendem como eixos norteadores para a EPT a ser desenvolvida nos Institutos Federais, baseada na possibilidade da construção de um projeto unitário de Educação para a Classe trabalhadora:

- a) trabalho como princípio educativo
- b) a pesquisa como princípio educativo
- c) a interdisciplinaridade, a contextualização e a flexibilidade dos currículos.

Defendemos como pressupostos para o desenvolvimento da EPT nos Institutos Federais:

- a) garantia de financiamento público;
- b) plano de capacitação permanente de docentes, técnico-administrativos e gestores;
- c) infra-estrutura adequada de salas de aula, laboratórios, biblioteca, espaço para atividades artístico-culturais;
- d) organização curricular diferenciada para os alunos do turno noturno;
- e) busca de um diálogo com interlocutores externos (movimentos sociais, mundo produtivo, etc) ao próprio sistema acadêmico;
- f) plano de implementação, acompanhamento e avaliação dos cursos.